

Maria Helena da Cruz Coelho

D. JOÃO I

o que re-colheu *Boa Memória*

Sumário

Os horizontes de leitura e as variações da historiografia	9
Capítulo 1 — Por entre conturbados tempos	19
1. Nasce mais um ilegítimo — um «equivoco» João	19
2. Entrecruzam-se crises	28
3. Cumpre-se uma morte	41
4. Anuncia-se um Messias	50
Capítulo 2 — Da legitimação à acção	78
1. Escolhe-se um rei	78
2. De «rei de Avis» a rei de Portugal	97
3. No rasto de Aljubarrota — incursões por Castela, submissões em Portugal	119
4. A aliança com Inglaterra — «vinhos novos em odres velhos»	124
5. Levar a guerra a casa do inimigo	129
6. A guerra entrecortada de paz	137
Capítulo 3 — Linhagem e corte	148
1. O matrimónio real	148
2. A «íclita geração» de uma «madrinha de Portugal»	158
3. A corte — um espaço de domesticidade	182
4. A corte — entre o quotidiano e o festivo	191
5. A corte — um lugar e um órgão de governo	205
Capítulo 4 — Rumos da governança	226
1. Os caminhos do mar	227
2. Manter a terra	253
3. Uma hábil política de equilíbrios sociais	274

Capítulo 5 — Memória e propaganda	322
1. A representação do passado	323
2. Uma construção histórica	331
3. Uma memória escrita: a cultura de corte	339
4. Memórias em pedra: a arte patrocinada pela realeza	353
5. Memória fúnebre	369
Para além de um tempo	392
Anexos	397
Cronologia	399
Genealogias	415
Bibliografia	421
Índice remissivo	437

Os horizontes de leitura e as variações da historiografia

João, filho natural de D. Pedro I e mestre de Avis, regedor e defensor do reino e por fim rei de Portugal D. João I, depois de várias crónicas, memórias e estudos, permanece bem mais desconhecido do que desejaríamos. E se no decurso do tempo muito se disse, muito mais ficou por ser dito. Silêncios do passado que calam o presente.

O décimo rei de Portugal é uma personagem histórica e como tal foi feita e refeita no contínuo do discurso historiográfico. Em incessante fazer e desfazer de uma meada muito enredada, o que foi escrito é de difícil explicação e muitas perguntas estão ainda sem resposta. Porque o D. João I que pretendemos surpreender neste estudo tem as cores dos objectivos que se foram perfilando nos sucessivos horizontes da recepção historiográfica. Quinhentos anos de testemunhos, em que perpassaram diferentes visões do mundo, quer do ponto de vista da emissão quer da recepção, são muitos anos, cruzados por jogos de interesses, e envoltos em múltiplas transformações sociais e mentais. De tal modo que, ao D. João I histórico, isto é, ao homem que viveu entre 1357 e 1433, não são sobreponíveis todos os outros que a historiografia criou. O que pretendemos com este trabalho é olhá-lo de uma forma dióptrica e torná-lo inteligível em conformidade com o seu tempo, na sua acção e na sua circunstância. Pode dizer-se que o nascimento o colocou sempre na interferência de conflitos e de paixões mal resolvidas, mas teve sempre do seu lado os tais favorecimentos de que falava Oliveira Martins, e que bem soube capitalizar em seu benefício.

Como se constrói um retrato

A historiografia julgou-o pelo acontecimento e pela acção. Este é o ponto de partida de toda a construção dos seus retratos, onde o papel dos opostos esteve sujeito aos interesses do momento. O ruído de fundo que vem da historiografia deixa claro que atraiu a si más vontades e antipatias, malquerenças que fizeram dele presa nas teias que o destino urdiu.

No decurso do tempo a sua figura renasce constantemente, ao sabor das mais variadas circunstâncias e dos mais evidentes aproveitamentos políticos. Mas não é a mesma. Não é, nem nunca será, porquanto, à sua volta, sempre se desenharam os contornos dos interesses ideológicos, por vezes sublinhados a fel, como sucede com Manuel de Faria e Sousa, no período da União Ibérica. E foi assim que, com pequenos detalhes, e grandes também, se foi construindo uma narrativa, que se ajustou desde Fernão Lopes às circunstâncias do momento. Todos foram lendo certos detalhes como lhes convinha e concluíram como entenderam. Em cada momento do processo histórico pautaram-se pelos objetivos de ocasião e das personagens que se moviam no palco da história e a quem serviam. Por isso podemos concluir que o discurso historiográfico sobre D. João I não é inocente. Tal discursividade de mais de quinhentos anos está poderosamente minada e serviu, no decurso do tempo, ora de arma de arremesso, ora de indevida apropriação por parte das facções em luta.

É certo que o jovem infante sempre dividiu as opiniões a seu respeito, quer entre os seus contemporâneos, quer na imagem que dele viriam a fazer os vindouros. No decurso da longa recepção historiográfica do retrato joanino será assim, inexoravelmente.

Fernão Lopes traçou, de forma indelével, o seu retrato físico e moral, e o acolhimento da figura do homem nos séculos advenientes vai ressentir-se disso, de tal maneira que será muito difícil distinguir a pessoa de D. João I, desenhada pelo cronista, da personagem que historicamente tem o seu nome.

Questão liminar esta, porque marca a construção de todos os discursos que o tomaram por alvo. Todos os *retratos* que dele nos chegaram têm o selo de Fernão Lopes, que é fonte de tudo o que sobre ele, posteriormente, se veio a escrever. Mas é bom não esquecer que o grau zero dessa narrativa se deve ao filho Duarte, que no *Leal Conselheiro*, no sermão das exéquias ou no epitáfio do Mosteiro da Batalha se incumbira de traçar o perfil do pai.

Depois, o cinzel do cronista deu forma ao carácter, à vontade moral, à força anímica da personagem. De facto, a narrativa joanina tem-se feito mais a partir dos olhares do cronista do que da documentação, que sobre certos aspectos é mesmo inexistente. José Soares da Sylva, ao publicar, meritoriamente, em 1734, trinta e oito documentos inéditos sobre o reinado de D. João I¹, em pouco retocou a imagem já construída por Fernão Lopes e foi sobre a narrativa do cronista que, em grande parte, decalcou a sua biografia.

Então o segredo para chegar ao homem e à sua circunstância histórica reside em procurar o papel do relato na escrita do cronista, e a sua inter-relação na construção das personagens. Talvez de balde. Porque a própria narrativa de Fernão Lopes esconde razões, conflitos de interesses, que a dinastia de Avis queria

¹ SYLVA, J. S. da S., IV, 1734.

ver acautelados, e que o cronista respeitou, e hoje, tantas vezes só por contradição, que não certezas, se reciam. O seu discurso está, em grande parte, prisioneiro desses compromissos, que o levaram a obnubilar as vivências interiores das suas personagens, fazendo dele um mau guia do intimismo. A figura do Mestre reveste-se de um espaço de sombra, de um certo sentido de vazio e de indefinido. E é certamente por isso que permanece um desafio cheio de sedução para quem dele se abeira.

O discurso lopesiano lega aos vindouros uma narrativa susceptível de múltiplas descodificações e é ainda atravessado pelo apego ao Condestável, condutor do Mestre de Avis e do rei D. João I nos campos de batalha. Claramente faz eco da diferença entre ambos, e sente-se o cuidado com que anota o facto de, desde muito cedo, e não obstante a amizade que os uniu nos anos tumultuosos da década de oitenta, e até nos primeiros tempos do seu reinado, ir crescendo uma união/separação entre o Mestre de Avis ou D. João I e Nuno Álvares Pereira, construída, primeiro, pela oposição de contrários, depois por vontades contrariadas.

Com o correr dos tempos e em função dos interesses do momento, a recepção de D. João I sofreu mudanças e até inversões algo radicais, como sucedeu por via de acontecimentos coevos que dividiram a sociedade portuguesa depois de 1580. É certo que a *Crónica de D. João I* foi dada à estampa em edição completa só no ano de 1644, muito tardiamente, portanto. Mas isso não impediu que Fernão Lopes tenha sido divulgado no quinhentismo, e é inquestionável que Camões houve notícia dele. Duarte Nunes de Leão tornou-se em larga medida desfrutador do trabalho do velho cronista, e é notória a simpatia que nutre pela figura do Mestre e por todos os que se movimentaram por perto, o mesmo se verificando em Pedro de Mariz, como em outros seus contemporâneos.

Mas, subsequentemente, e fruto da profunda divisão dos tempos filipinos, esta tradição historiográfica muito próxima da versão lopesiana é, então, subitamente cortada e eis Manuel de Faria e Sousa no contradiscurso, movendo as pedras ao revés, e dando outro sentido à narrativa tradicional. Enegrece as figuras que, no olhar de Fernão Lopes, estão perto e coadjuvam o Mestre de Avis — João das Regras, Álvaro Pais e sobretudo Nuno Álvares Pereira. Silencia certos acontecimentos. Desvaloriza as Cortes de Coimbra e a Batalha de Aljubarrota. Desvirtua os actos do Mestre, mormente a sua liberalidade¹.

Algo que sempre prendeu a atenção de todos os biógrafos joaninos foi o sentido da profecia, da predestinação, que, a seu respeito, os contemporâneos teceram. A atmosfera mental da finimedievalidade era propícia ao desenvolvimento destes augúrios e a historiografia de todas as épocas deu-lhes livre curso.

¹ Cfr. a título de exemplo, SOUSA, M. de F. e, in *SÃO LUÍS*, F. de, 1855, pp. 203, 225.